

Manifestação das entidades dos trabalhadores ao Fórum das Comunitárias

Os professores e funcionários técnicos e administrativos, através de suas representações sindicais, manifestam ao Fórum das Comunitárias a sua avaliação crítica à condução das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES – do Rio Grande do Sul nos últimos anos, em especial, no que refere ao tratamento dispensado à comunidade interna dos seus trabalhadores e suas representações.

É de se destacar que as gestões das ICES, bem como sua entidade associativa, o Comung, têm ignorado todas as avaliações e propostas definidas pelas entidades sindicais dos professores e do Fórum das Comunitárias, entidade que historicamente oportunizou presença e participação de representantes da institucionalidade das ICES nas suas reuniões plenárias desde a sua criação em 2011.

As entidades signatárias manifestam a sua incompreensão e inconformidade com a conduta de menosprezo ao Fórum e às entidades de professores que, depois de procuradas por dirigentes do Comung, com vistas a uma atuação conjunta frente ao Governo Federal, visando financiamento estudantil, foram desconsideradas em todas as iniciativas da entidade junto aos poderes públicos.

Manifestam as signatárias sua frustração pela absoluta desconsideração das ICES e do Comung com relação a todas as propostas encaminhadas pelo Fórum sobre as causas e desdobramentos das inundações ocorridas no último período no RS, e que constituiriam, indiscutivelmente, objetos de atividade acadêmica e, certamente, vias de inserção das ICES no processo de reconstrução do estado e de afirmação do seu diferencial institucional.

Ao que tudo indica, as ICES e o Comung estão na esteira da conduta e da retórica do *status quo* de que a catástrofe das inundações no RS consistiu em episódio anômalo, sem implicações nos padrões de conduta da sociedade e do poder público, desconsiderando o potencial de contribuição deste para a revisão e transformação desses padrões.

As entidades sindicais e o Fórum desconhecem iniciativas, propostas ou projetos que as ICES e/ou o Comung tenham formulado e implementado sobre mudanças climáticas, fenômenos climáticos extremos ou projetos de reconstrução pós-inundações e seus impactos na sociedade, salvo raras e honrosas exceções. Temas de indiscutível potencial acadêmico e grandes perspectivas de engajamento e potencial de trabalho dos professores.

O padrão de conduta das ICES e do Comung atestam sua dificuldade cada vez mais acentuada de concretizar seu discurso comunitário e de evidenciar um real diferencial em relação às instituições privadas e mercantis.

Fica cada vez mais evidente o alinhamento das ICES com o *status quo* e com o pensamento dominante, o que se percebe pela predominância das concepções liberais e conservadoras, mas muito especialmente, num padrão de gestão que não consegue se distinguir do restante do “mercado”.

Expressão desta percepção é o recurso de todas as ICES às consultorias mercantis, expediente que desconhece o potencial de avaliação e formulação de alternativas que o corpo docente de cada instituição encerra, que seria ainda mais ampliado se o desafio for proposto via sua entidade associativa ao conjunto das ICES.

A recente criação de empresa de consultoria por parte de ex-gestores de ICES evidencia a expectativa dos protagonistas em negócios promissores na esteira da prática de definições terceirizada.

É de se registrar, neste momento, em que se esboça a presente avaliação crítica e alerta para erros futuros, o fracasso do recurso de várias ICES à mercantilização, através de convênio com o Grupo A para oferta de cursos em EaD.

Política sempre combatida pelos sindicatos de professores e criticada pelo Fórum, a parceria com o Grupo A representou e representa a mais absoluta desconsideração do potencial acadêmico das ICES. Os professores sempre destacaram a baixa qualidade dos materiais propostos pelo parceiro. Expressão do descompromisso com a qualidade da educação, exigindo grande volume de trabalho dos docentes para as adequações, com vistas a aproximar as ofertas de ensino a um padrão mínimo de qualidade que sempre identificou as Comunitárias.

Na relação mais objetiva das ICES com os seus trabalhadores, a partir da criação de um sindicato patronal próprio – o Sindicato das Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação Superior – Sindiman/RS, vem desenvolvendo uma política de negociações coletivas absolutamente refratária a todas as reivindicações pautadas pelos sindicatos de professores e de funcionários técnicos e administrativos, e focado na retirada e/ou flexibilização de direitos e conquistas históricas das categorias de trabalhadores.

É perceptível que a concepção predominante na representação sindical patronal, a via de enfrentamento da crise da educação superior, passa fundamentalmente pelo enxugamento de custos com professores e funcionários.

Na esteira dessa opção, reiteradas são as reformas curriculares que despotencializam os contratos de trabalho dos professores, as levas de demissões

de docentes e funcionários e os acordos coletivos que têm flexibilizado diversas questões trabalhistas por instituição, além das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs).

As tensas e desgastantes negociações realizadas ao longo de quatro meses, no primeiro semestre de 2024, representaram a expressão mais acabada do menosprezo às expectativas e reivindicações dos trabalhadores, a começar pela estratégia do desgaste e alongamento das tratativas, pela intransigência, e, ao final, pela imposição de concessão rebaixada de reposição da inflação, muito inferior ao proposto pelas instituições privadas, representadas pelo Sinepe/RS.

A insistência em continuar privando um segmento expressivo de professores do pagamento do aprimoramento acadêmico é outra contradição flagrante, pelo que encerra de descumprimento de compromisso, anteriormente pactuado com caráter temporário da suspensão, além de estabelecer uma divisão, sem justificativa de mérito, no corpo docente das ICES.

O pagamento do adicional de aprimoramento acadêmico sempre foi considerado pelas ICES como parte do salário, quando da crítica aos valores hora/aula pagos aos professores da educação superior no RS, em muitos casos, inferiores aos da educação básica.

Por todas essas evidências e condutas das ICES e suas entidades associativa e representativa, as entidades sindicais dos professores e dos funcionários técnicos e administrativos expressam seu descrédito quanto à permanência de um efetivo diferencial institucional, que legitime a continuidade do reconhecimento e distinção destas instituições, por parte das entidades que integram o Fórum.

As entidades signatárias propõem que as entidades e o Fórum acompanhem e apurem com profundidade a política que vem sendo desenvolvida pelas ICES e suas representações, com vistas à denúncia do desvirtuamento do conceito *instituições comunitárias* junto às comunidades internas, à sociedade e ao poder público para efeito de apoio às suas causas e reivindicações.

Porto Alegre, outubro de 2024.